



GT - DIREITOS HUMANOS, DIVERSIDADE HUMANA E SERVIÇO SOCIAL

A PROBLEMÁTICA DO CAPACITISMO NO COTIDIANO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL: uma análise a partir da experiência de estágio no centro de educação e pesquisa em saúde Anita Garibaldi

Adna Vieira de Lira, Alessandra da Silva, Renata Rocha Leal de Miranda Pereira Pinheiro

RESUMO

Este texto se trata de um relato de experiência, ou ainda, de vivência histórico-prática em processos de trabalho, na área da saúde. Com ênfase na execução do Projeto de Intervenção do estágio obrigatório em Serviço Social, realizado no período de 2022.2 a 2023.1, no Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi em Macaíba no Rio Grande do Norte. A instituição é uma Organização Social, de direito privado, sem fins lucrativos, é classificada como Centro Especializado em Reabilitação que atua nas quatro linhas do cuidado com Reabilitação Física, Auditiva, Intelectual e Visual. E atende na área do materno-infantil. Este artigo tem como objetivo evidenciar as experiências vivenciadas no estágio obrigatório em Serviço Social, com especial destaque para o processo de realização do projeto de trabalho/intervenção, cuja problemática enfrentada foi: o "capacitismo". Além de apresentarmos um debate acerca da temática do capacitismo, nós o situamos como reflexo da sociabilidade capitalista, cujos desdobramentos sociais, individuais e coletivos são desafiadores. Tratamos do posicionamento do Serviço Social no enfrentamento cotidiano a qualquer tipo ou forma de preconceito, no combate à violação de direitos. Utilizamos o método teórico-empírico, por meio de pesquisa bibliográfica, documental e avaliação qualitativa dos dados obtidos em campo. Junto à própria experiência durante o estágio supervisionado. Por fim, avaliamos o resultado de nosso projeto após a análise do formulário avaliativo junto ao referencial teórico. Concluímos que esse processo foi de extrema importância para o nosso aprendizado, enquanto estudantes, sobretudo por ter sido uma atividade prática que nos permitiu conduzir uma intervenção junto aos usuários da instituição.

Palavras-chave: Serviço Social; Estágio Supervisionado; Capacitismo.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por finalidade expor o relato de experiência na execução do Projeto de Intervenção do estágio obrigatório em Serviço Social, denominado "A PROBLEMÁTICA DO CAPACITISMO NO ÂMBITO FAMILIAR". O estágio foi realizado no período de 2022.2 e 2023.1 no Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi, localizado no Distrito de Macaíba - RN, o qual faz parte do complexo que integra o Instituto Santos Dumont, junto ao Instituto Internacional de Neurociências Edmond e Lily Safra (IIN-ELS).

No ano de 2008 o Centro de Saúde Anita Garibaldi iniciou suas atividades como serviço de referência para a saúde materno-infantil, em 2009 os atendimentos do



centro atingiram a marca de 6.724, registrando a importância de um atendimento especializado na região que era inexistente. Em 2014 o Instituto Santos Dumont (ISD) é constituído e qualificado como Organização Social¹, passando a ser mantido por meio do Contrato de Gestão com o Ministério da Educação, recebendo recurso direto. É neste mesmo ano que o Centro de Saúde Anita Garibaldi se torna o Centro de Educação e Pesquisa em Saúde (CEPS) e assume o posto de escola para formação de profissionais da área da saúde. (INSTITUTO SANTOS DUMONT, 2020)

O Instituto está inserido no Sistema Único de Saúde (SUS), sendo serviço de referência para as Redes de Atenção à Saúde (RAS) de materno-infantil e no cuidado à pessoa com deficiência, integrando em sua atuação o tripé de ensino, pesquisa e extensão nessas duas áreas de atuação. O CEPS Anita Garibaldi é um centro de saúde escola, que tem como objetivo principal atuar na formação, desenvolvimento e educação permanente de estudantes e profissionais da saúde, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais e as políticas educacionais. Desenvolvendo ações de ensino, pesquisa e extensão centradas na responsabilidade social, equidade, qualidade e eficiência em suas atividades. O propósito da instituição é formar profissionais capazes de unir sua qualificação profissional técnico-científica com capacidades éticas-humanísticas interdisciplinares que integrem a atenção à saúde, cuidado e responsabilidade social.

No ano de 2016, por meio da Portaria nº 1.430 do Ministério da Saúde, o Centro Especializado em Reabilitação Auditiva, Física e Intelectual (CER III) foi o primeiro habilitado da região Nordeste para atuar no cuidado da saúde das pessoas com deficiência em um sistema integrado a pesquisa e inovação em parceria com o IIN-ELS. A partir disso, no ano seguinte foi possibilitada a aprovação do Programa de Residência Multiprofissional no Cuidado à Saúde da Pessoa com Deficiência. Atualmente, com a inclusão da clínica de reabilitação visual, a instituição se constitui enquanto um CER IV que atua nas quatro linhas do cuidado com reabilitação física, auditiva, intelectual e visual.

¹ Uma Organização Social (O.S.) é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que atua em parceria entre setores públicos e privados.



No Anita, a saúde da pessoa com deficiência está distribuída em oito clínicas: Epilepsia (infantil e adulto); Doença de Parkinson; Transtorno do Espectro do Autismo (TEA); Lesão Medular (infantil e adulto); Neurodesenvolvimento (incluindo a Microcefalia); Deficiência Auditiva (infantil e adulto); Prematuridade; e Bexiga Neurogênica. Contando com uma equipe multiprofissional, na qual contém: fisioterapeutas, fonoaudiólogos, assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas, pedagogos, terapeutas ocupacionais, médicos etc.

Na saúde materno-infantil, é referência local para gestação de alto risco; gravidez na adolescência ou tardia; medicina fetal; e doenças infecciosas na gestação que cursam com o risco de contaminação transplacentária fetal (transmissão vertical), como sífilis, toxoplasmose, rubéola, citomegalovírus ou herpes conhecido como STORCH.

Nesse sentido, a missão do ISD é “promover educação para a vida, formando cidadãos por meio de ações integradas de ensino, pesquisa e extensão, e contribuir para a transformação mais justa e humana da realidade social brasileira” (INSTITUTO SANTOS DUMONT, 2020), que está diretamente ligada ao nosso projeto de intervenção. Uma vez que, nosso projeto foi voltado aos familiares de crianças atendidas na Clínica do SEMEA (Serviço Multidisciplinar de Atenção do Espectro do Autismo), objetivando proporcionar uma ação pedagógica acerca do tema “Capacitismo”. Sendo esse um tema que possui problemáticas, nas quais é possível observar as expressões da “Questão Social”², a qual é objeto de trabalho dos assistentes sociais (IAMAMOTO, 1997, p.14). Cujos resultados serão analisados nesse artigo.

2 O CAPACITISMO: APROXIMAÇÕES HISTÓRICO-CONCEITUAIS

As lutas em prol do reconhecimento dos direitos de pessoas com algum tipo de deficiência, no Brasil, iniciaram em meados do final de 1979 e início de 1980, sendo evidenciadas com a Declaração de Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU (Organização das Nações Unidas). A qual foi aprovada em 1975, constando o propósito

² É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (CARVALHO; IAMAMOTO, 2006, p.77)



de amenizar o preconceito existente, objetivando enfatizar a igualdade social e os direitos sociais desse grupo, sendo considerada um marco na luta por uma sociedade igualitária. Uma vez que em seu teor, observamos elementos que pontuam seu caráter, tais quais, "autonomia, independência, empoderamento, e equiparação de oportunidades" (PAIVA; BENDASSOLI, 2017, p. 420). Noções essas que "resumem a ideia de que a pessoa com deficiência deve ter o direito de exercer o controle sobre sua vida" (PAIVA; BENDASSOLI, 2017, p. 420).

Ademais, a Constituição Federal de 1988, também foi de extrema relevância para a causa dos direitos humanos, pois proporcionou um avanço no quesito da proteção social, com a garantia de alguns direitos constituídos em seu texto, tais como no âmbito da previdência social, saúde e assistência.

A expressão capacitismo vem da tradução do inglês da denominação "*ableism*", para indicar e rejeitar a redução da pessoa a um inventário de capacidades presentes ou ausentes, fazendo com o que cada sujeito possa ter sua existência descrita a partir de uma "incapacidade" (SANTOS, 2020 *apud* CHARLTON, 2010, p. 217).

Segundo Vendramin (2019, p.18):

Muitas vezes o capacitismo está presente em situações sutis e subliminares, acionado pela repetição de um senso comum que imediatamente liga a imagem da pessoa com deficiência a alguma das variações dos estigmas construídos socialmente, aos quais se está habituado e, por isso, tendem a não serem percebidos e questionados. Porém, quando o capacitismo é óbvio e visível, ele declara uma outra coisa, ele mostra o quanto esse preconceito ainda é naturalizado como se fosse aceitável ou inevitável.

Em síntese, a autora conceitua o capacitismo como "a leitura que se faz a respeito de pessoas com deficiência, assumindo que a condição corporal destas é algo que, naturalmente, as define como menos capazes" (VENDRAMIN, 2019, p.17). Disseminando uma visão anti produtiva acerca de pessoas com deficiência.

Em sua discussão sobre o capacitismo e marxismo, Santos (2020) afirma que a deficiência é inseparável da produção ideológica do conceito de eficiência, uma expressão que é ligada à lógica produtivista e opressiva do capitalismo. A autora prossegue em seu estudo fazendo a aproximação com o marxismo e evidencia que mesmo que tal questão não tenha sido tratada diretamente por Marx naquela época, a construção social da deficiência não se desvincula do modo de produção capitalista.



Fato é que, por vivermos em uma sociedade capitalista, estamos sendo cobrados a todo momento para produzir paulatinamente mais, sendo impulsionados a vender nossa força de trabalho para nos reproduzir socialmente. Como vai nos dizer Boschetti (2020, p.5), o capital “obriga a vender sua força de trabalho e participar livremente do processo de acumulação”. Neste sentido existe uma projeção de um “ser produtivo”, ou seja, um “sujeito eficiente”, logo tudo que desviar desta logística planejada do capital, se torna marginalizado e excluído socialmente.

A concepção de um indivíduo que se afasta da idealização do capital, o qual prega o corpo perfeito e produtivo, se encaixa com o conceito de “biopolítica” idealizado por Foucault (2002). Para o autor, a biopolítica é o domínio através do controle estatal sobre a vida das pessoas, que decide quem matar, deixar viver ou expor à morte. Quando pessoas com deficiência são excluídas socialmente, o reflexo do Estado exercendo esse poder se torna nítido por meio da necropolítica³, uma vez que visualizamos a segregação e a invisibilidade das condições de saúde e dignidade humana, empurrando-os à miséria e a exclusão social que gera a morte dessas pessoas. Os corpos atingidos, em sua maioria, são de pessoas pretas, pobres, com deficiência, mulheres e LGBT's, os quais são mortos diariamente, seja diretamente pelo Estado ou por sua omissão. (SANTOS *et al.*, 2022)

O objetivo da soberania estatal é manter a desigualdade social gerada pelo modo de produção capitalista, por meio de políticas que mantenham a sutileza da opressão, beneficiando a burguesia com direitos seletivos, tornando para indivíduos que não se enquadrem nos padrões estabelecidos, somente a alternativa de se isolar, tendo sua vivência inviabilizada até a morte (SANTOS *et al.*, 2022 *apud* MBEMBE, 2018).

Visto isso, tratamos o conceito de deficiência em nosso texto como uma experiência social compartilhada, para pensarmos quais aspectos sociais estruturam a segregação desse grupo em nossa sociedade. Santos (2020) responde essas questões a partir de Oliver *et al.* (2012) alegando que o maior beneficiado da segregação

³ Uso do poder político e social, especialmente por parte do Estado, de forma a determinar, por meio de ações ou omissões (gerando condições de risco para alguns grupos ou setores da sociedade, em contextos de desigualdade, em zonas de exclusão e violência, em condições de vida precárias, por exemplo), quem pode permanecer vivo ou deve morrer. [Termo cunhado pelo filósofo, teórico político e historiador camaronês Achille Mbembe, em 2003, em ensaio homônimo e, posteriormente, livro.] (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS [ca. 2021])



produzida a pessoas com deficiência é o capitalismo, tornando-os um exército de reserva, ocupando uma posição de inferioridade, subordinando-os a empregos precários com salários baixíssimos.

O projeto societário do capital inicia-se na inserção de pessoas com deficiência no convívio social, negando-se o acesso à escola, garantindo, desse modo, a baixa escolaridade. Por consequência, proporciona uma massa sobrando de desempregados que se submetem a empregos com baixos salários e condições precárias, pauperizando a parte da classe trabalhadora mais negligenciada socialmente. É preciso entendermos que os conceitos de autonomia e independência devem ser vistos de diferentes maneiras, não somente atrelados a igualdades de condições, pois estas são determinadas socialmente por objetivos do sistema capitalista, considerando ações de cotidiano voltadas para o trabalho, seja remunerado ou não, como sinônimo de independência (SANTOS, 2020). A autora complementa ainda que:

A deficiência abordada historicamente e como construção social pode desmitificar o ideário determinista da lesão, identificando a lesão como consequência de uma exploração que não é natural, mas produto de uma cultura capitalista que inferioriza e segrega corpos que não são produtivos de acordo com seus padrões de normatizações e de eficiência (SANTOS, 2020).

Tal ideia contribui para disseminação do capacitismo, pois traz à tona uma visão infantilizada e estigmatizada quanto a sua autonomia, com a ausência da percepção do indivíduo enquanto um sujeito de direitos. Isto posto, pessoas com deficiência podem ser independentes e autônomas fora do ideal concebido pelo capitalismo, visto que, uma pessoa com deficiência pode necessitar de apoio e ainda assim ser independente. Desta forma, buscaremos observar de maneira crítica a realidade social do ser, pensando no capacitismo em toda a sua complexidade, não restringindo apenas ao uso de termos pejorativos.

2.1 A abordagem pedagógica do serviço social no combate a todas as formas de preconceito

No Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi, o Serviço Social atua em diversas áreas, abrangendo todas as clínicas. A nossa supervisora, Renata Rocha, atende no turno vespertino e é responsável por atuar nas clínicas: SEMEA que



atende crianças com TEA; Lesão Medular Infanto-Juvenil (LMIJ); Prematuridade; Microcefalia; Neurodesenvolvimento; Reabilitação Visual e Materno-Infantil.

De acordo com dados do próprio serviço social da instituição, seu público usuário é composto majoritariamente por pessoas pardas, possuindo renda familiar de até 01 salário mínimo, ensino médio incompleto. No estágio, participamos mais ativamente dos atendimentos materno-infantil. Mas, também tivemos contato com as demais clínicas de pessoas com deficiência, principalmente o SEMEA. Além dos atendimentos, participamos de atividades coordenadas por nossa preceptora, dentre elas está a aula ofertada para estudantes de medicina da UFRN que realizam estágio no Anita Garibaldi, denominada de "Momento da pessoa com deficiência e em situação de violência"⁴. Nela é abordada uma simulação de atendimento de um caso fictício de uma pessoa com deficiência, que se tornou usuária de cadeira de rodas, após uma situação de violência no passado e atualmente deseja engravidar.

Em nossa participação nestas atividades temos a oportunidade de contribuir com nossas colocações, sendo importante narrar que já nos deparamos com diversas situações em que os estudantes de medicina utilizaram palavras capacitistas como "aleijada", por exemplo, para se referir à paciente em simulação. O debate posterior à simulação, por sua vez, é importantíssimo para que possamos falar sobre o uso pejorativo dessas palavras, além de algumas etiquetas que devem existir ao atender pessoas com deficiência. Desse modo, o estágio no Anita Garibaldi vai além dos atendimentos e proporciona espaços que destacam a importância dessas discussões e do serviço social.

Pensando no Serviço Social enquanto categoria, o CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) no caderno de número 07 (sete) da série "Assistente Social no combate ao preconceito: discriminação contra a pessoa com deficiência", da continuidade a

⁴ Os papéis são divididos entre os estudantes, sendo o médico, a paciente e dois ficam como observadores, após a simulação é feita uma socialização de como foi o momento, debatendo os temas abordados numa perspectiva social e pedagógica, neste momento o foco não é a visão médica e sim como foram abordadas as questões sociais daquela usuária. Tendo um formulário como base os dois observadores colocam as questões para discussão e ao decorrer do debate é orientado sobre a importância dos benefícios sociais para pessoas com deficiência, como o BPC, acesso a transporte para ir às consultas, conhecer o seu Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) de referência e o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) para situações de violência.



reafirmação do compromisso da categoria em defesa dos direitos humanos, destaca que, por vezes,

o senso comum que acaba por reproduzir opressões, humilhações e violência sobre as diferenças no corpo das pessoas no cotidiano: desempenho somente para atividades mecânicas e repetitivas; limitações para o desenvolvimento cultural e educacional; inaptidão física para esportes e alguns ditos populares, como "inválidos", "a desculpa do aleijado é a muleta", "apesar de deficiente, ele é um ótimo aluno", "ela é cega, mas mora sozinha", "ceguinho", "retardado", "mudinho" (CFESS, 2019, p.8).

Consequentemente corroborando com a reafirmação do preconceito, e expressando as raízes preconceituosas, trazendo um olhar estigmatizado quanto às pessoas com deficiência, principalmente por estarmos inseridos em uma sociedade capitalista, com uma logística que exige um "ser produtivo", tudo que desvia dessa lógica planejada do capital, é rotulado como incapaz ou ineficiente. Melhor dizendo,

Cria-se a ideia de uma pessoa "perfeita", aquela que produz lucro para o sistema através de seu trabalho e de seu capital erótico. Nosso valor é medido em termos de nossa utilidade para outras pessoas. Qualquer pessoa que se desvie desta ideia por não poder trabalhar ou por supostamente não poder fazê-lo é discriminada e incapacitada, deixando de ser considerada como uma "pessoa" e perde todos seus direitos. É por isso se diz que a deficiência não existe, que é um constructo social, porque surge através da discriminação e do impedimento de pessoas não-normativas. Uma pessoa não nasce deficiente, mas através de sua relação com o contexto e como este a limita, se cria a deficiência (GUERRA, 2021, p. 27-28)

A vista disso, pode-se visualizar, diante desse sistema excludente, uma composição do Exército Industrial de Reserva⁵, sendo esse utilizado objetivando:

Pressionar os salários para um nível inferior; essa é a função primária que o exército industrial de reserva desempenha sob o capitalismo. Trata-se de um poderoso instrumento para que o capitalista incremente a exploração da força de trabalho. (NETTO; BRAZ, 2006, p. 94)

⁵ "[...] a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção de sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente" (TRINDADE, 2017 *apud* MARX, 1989, p. 731).



Nessa perspectiva, "o capital é o parceiro da deficiência, o sistema que pari a diferença existencial como limitação e subumanidade" (PICCOLO; MENDES, 2013, p. 308).

Ademais, atrelado a esse debate, também se visualiza um período em que a questão da meritocracia e culpabilização do sujeito é pautada. Dado que, como exige-se uma adequação dos corpos para o trabalho diante da lógica capitalista, "o trabalhador não adequa os equipamentos de trabalho segundo suas necessidades específicas, mas, sim, deve ele estar ajustado a eles" (CARVALHO; ORSO, 2014, P. 116-117). Ou seja, quando essa adequação não ocorre, é culpabilizado.

Desse modo, o Serviço Social com base em seu Projeto Ético Político, que possui compromisso com a autonomia, emancipação e liberdade do sujeito, é uma categoria que atua no enfrentamento a qualquer tipo de preconceito, se posicionando contra as diversas violações de direitos. Reafirmando isso, o Código de Ética profissional de 1993 dispõe, como um dos princípios norteadores, o "VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças" (CFESS, 2012, p.23).

Na resolução do CFESS nº 922, de março de 2022, são estabelecidas normas vedando atos e condutas discriminatórias e/ou preconceituosas contra pessoas com deficiência no exercício profissional do/a assistente social, de acordo com os princípios II, VI e XI inscritos no Código de Ética Profissional. Em seu Art. 1º cita que:

O/A assistente social no exercício de sua atividade profissional deverá abster-se de praticar ou ser conivente com condutas discriminatórias e/ou preconceituosas em relação a pessoas com deficiência, na relação com os/as usuários/as, com outros/as assistentes sociais e com outros/as profissionais e trabalhadores/as.

Assim, é vista a aproximação do Serviço Social, enquanto categoria, com a discussão do anti-capacitismo, estabelecido por meio do próprio Conselho Federal e firmando o compromisso com a luta e o combate a ações discriminatórias e de preconceito contra pessoas com deficiência publicamente.

Tendo como base a dimensão pedagógica do Serviço Social para promover ações educativas, junto a resolução 922, que coloca como uma atribuição do assistente social contribuir para a reflexão ética da promoção da igualdade, a prevenção e combate ao preconceito e discriminação a pessoas com deficiência, idealizamos e



executamos o nosso projeto sobre o capacitismo no âmbito familiar, como uma prática educativa com cunho pedagógico para os usuários, de acordo com os fundamentos teórico-metodológicos da categoria profissional.

Objetivamos utilizar o caráter pedagógico e não punitivo, buscando informá-los sobre o que é o capacitismo de fato, para que a temática possa ser identificada pelo público, quando em algum momento se depararem com uma situação capacitista. Portanto, levamos a lei para que os usuários pudessem compreender que estão assegurados também pelo Estado. A Lei 13146/2015, em seu Art. 79, declara que “O poder público deve assegurar o acesso da pessoa com deficiência à justiça, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, garantindo, sempre que requeridos, adaptações e recursos de tecnologia assistiva.”

Por isso, também buscamos fornecer contatos estratégicos, tais como a Promotoria de Justiça em Defesa da Pessoa com Deficiência, Ministério Público e Defensoria Pública, para que os usuários pudessem ter conhecimento sobre Órgãos públicos aos quais compete assegurar o direito constituído.

O nosso projeto de intervenção teve uma relação direta com a questão social e as desigualdades sociais, fruto de um sistema capitalista/opressor, que se posiciona e protagoniza a defesa dos direitos humanos. Dessa maneira, diante da atual conjuntura, é preciso ser resistência em um cenário de correlação de forças. Dado que,

Com o avanço de políticas neoliberais e o fortalecimento do Estado mínimo, o direito à vida digna da classe trabalhadora está ameaçado e aguça as expressões da deficiência de pessoas com impedimentos corporais e funcionais. Estão em xeque as políticas sociais públicas universais para toda a classe trabalhadora - cujo financiamento é desmontado, com os consecutivos e imensos desvios e cortes do orçamento público para área social; - cuja qualidade da prestação de serviço é precarizada por meio de terceirizações, privatizações e restrição de atendimentos, recursos, produtos, benefícios e tecnologias. (CFESS, 2019, p.19)

Sendo necessário a continuidade nas lutas em prol do fortalecimento, ou seja, como diz lamamoto (2019, p. 56): a “defesa de um projeto societário emancipador, comprometido com os interesses e ideário dos trabalhadores, com a socialização da riqueza produzida pelo trabalho, a universalização dos direitos, e a preservação da natureza e recursos naturais”.



2.1.1 Projeto de intervenção: um contributo à perspectiva da diversidade humana

O projeto de trabalho em estágio foi idealizado por meio da análise do preenchimento de um formulário que tinha como objetivo conhecer a realidade educacional de crianças com TEA. Com isso, notamos durante as entrevistas falas equivocadas dos familiares acerca dos filhos e de outros alunos com deficiência, tais como: "tem outros alunos especiais na escola"; "só tem ele com deficiência, os outros são normais". Desse modo, decidimos utilizar o capacitismo como nosso objeto de estudo para o projeto de intervenção.

Durante o processo de estágio, pudemos observar que existe uma negação inicial em relação ao diagnóstico da deficiência, em face de todo estigma social existente. Tal qual é inerente à sociedade capitalista, fazendo com que, familiares que enfrentam as lutas diárias, tenham atitudes e falas capacitistas. Termo utilizado para referir-se a "uma concepção universalista e sistematizada de opressão sobre o conceito de deficiência" (DIAS, 2013, p. 02).

A partir desse ponto, percebemos as problemáticas envolvidas nessas linguagens e pensamentos. Considerando a série de violação de direitos ocasionados por uma sociedade engendrada em raízes preconceituosas, as quais ocasionaram até os dias atuais, a naturalização de atitudes e falas discriminatórias.

Assim, diante desse cenário, o projeto foi idealizado e aplicado, sendo ele de suma importância, tendo em vista que contribuiu com o trabalho de educação permanente desenvolvido no Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi, além do processo pedagógico, proporcionando um impacto social sobre a problemática discutida com aos familiares dos usuários.

Vale ressaltar que o estágio curricular obrigatório é parte intrínseca do processo formativo dos discentes, pois "Não é apenas a informação teórica que forma o profissional. A formação atualiza, em seus objetos, a história e o contexto, a experiência e a vivência de indivíduos e de grupo" (NICOLAU; SANTOS, 2016, p. 382). Por isso, o planejamento e implantação de um projeto de intervenção contribui qualitativamente tanto para os usuários que participam, quanto para nós, enquanto assistentes sociais em formação.



3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho utilizamos a estratégia qualitativa, com ênfase na vivência enquanto estagiárias no setor de Serviço Social do Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi. Utilizamos o método teórico-empírico, por meio de pesquisa bibliográfica, documental e avaliação qualitativa dos dados obtidos em campo.

Para entendermos e nos aprofundarmos sobre o tema, realizamos estudos documentais e bibliográficos sobre o capacitismo e seu processo histórico, fazendo aproximação com o marxismo, e o papel do serviço social neste processo de combate ao preconceito enquanto uma profissão com dimensão crítica e pedagógica.

Assim, utilizamos o método histórico-dialético de Marx para que pudéssemos observar nosso objeto de estudo sem separá-lo do sujeito, apreendendo a realidade em sua totalidade, buscando o desocultamento das contradições da sociabilidade capitalista.

Tratamos do Capacitismo em nosso trabalho não somente como uma temática universal, mas como uma expressão da questão social que não pode ser desvinculada do capitalismo. Deste modo, foi realizada a investigação, a partir das leituras do referencial teórico e dados obtidos em campo buscando entender as contradições ocultas neste processo.

4 ANÁLISE E RESULTADOS

Durante a realização/execução do projeto de intervenção, fizemos a avaliação por meio de um formulário avaliativo⁶, sendo este o nosso instrumental, no qual pudemos analisar a eficácia do momento pedagógico.

⁶ O formulário avaliativo foi composto por 7 perguntas, sendo 6 de múltipla escolha e 1 de resposta livre que pedia para descrever o significado do momento em uma palavra. Em uma das perguntas questionamos do que se tratava o capacitismo, 57,7% responderam discriminação, 11,5% preconceito e 11,5% inclusão. Também adicionamos uma pergunta questionando como anteriormente os participantes se referiam a uma pessoa com deficiência e obtivemos as seguintes respostas: 20,8% especial, 25% pessoa com deficiência e 16,6% excluído (a).



Dentre as respostas uma se destacou, na qual 16% dos participantes responderam que se referiam a uma pessoa com deficiência como "excluído (a)". Em nosso referencial teórico buscamos entender o capacitismo pela perspectiva marxista, que nos aponta o quanto o sistema capitalista oprime e exclui pessoas que não sejam produtivas aos olhos do capital. Sendo essa a realidade que ocorre com pessoas com deficiência, as quais são postas à margem da sociedade, além de serem visualizadas não mais como indivíduos, seres ou pessoas em si, mas como excluídos. Quanto a isso, Santos (2020), por sua vez, cita que a lógica capitalista pressupõe que deficiência é inseparável da produção ideológica do conceito de eficiência, ou seja, reafirma a ideia preconceituosa de que uma pessoa com deficiência não é útil na lógica produtivista. Exemplificando assim, a ligação do capacitismo com a sociedade capitalista. Por isso, a importância de reforçar o uso correto do termo "pessoa com deficiência" e a sigla "PCD", pois a pessoa vem antes da sua deficiência, e sua vivência, enquanto ser social, também vai além dela. Isto é, a terminologia correta contribui com a visibilidade ao sujeito.

Seguindo com os resultados obtidos no formulário, sobre o evento: 92,9% dos participantes avaliaram o momento como ótimo, 100% alegaram que adquiriram um novo conhecimento e, antes da palestra, 14,3% tinham a ideia de que uma pessoa com deficiência seria incapaz, inclusive, nessa porcentagem existiam respostas de residentes, o que nos chamou atenção. Na sequência, após a palestra 100% responderam que uma pessoa com deficiência não é incapaz. Destacando a importância do debate acerca do assunto. Na pergunta com resposta livre, pudemos observar majoritariamente respostas positivas, quais sejam: "aprendizagem", "conhecimento", "acolhimento" e "gratidão". Além do próprio formulário de avaliação, durante o evento houve relatos verbais sobre o momento, enfatizando a importância para as pessoas que ali estavam presentes.

Concluimos, portanto, que conseguimos alcançar nossos maiores objetivos quando desenvolvemos o projeto, pois houve a percepção de que conseguimos gerar um momento de acolhimento para os familiares, onde pudesse haver a partilha de aprendizagens e experiências, sem julgamentos ou teor punitivista. Gerando assim, uma ação conscientizadora e pedagógica. Inclusive, ao idealizarmos o momento,



convidamos para falar sobre o tema com a vivência e representatividade efetiva, a Psicóloga e Trainee do SEBRAE Myleyde Silva, que possui Transtorno do Espectro Autista, contribuindo com a visibilidade da temática, desmistificando os estigmas sociais criados, sendo bem acolhida pelos participantes que interagiram e comentaram sobre a importância da sua fala.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, após o processo vivenciado nos estágios I e II, contendo a aplicação do projeto de intervenção, é de suma importância destacar a relevância que esse período de aprendizado nos proporcionou. Principalmente quanto à atuação do assistente social na saúde, mesmo em um contexto de desfinanciamento das políticas públicas⁷ e todos os cortes no orçamento das políticas, dos serviços e dos programas sociais, e o seu caráter pedagógico, que também foi possível visualizá-lo. Além de nos possibilitar uma aproximação à temática das pessoas com deficiência e a todos os seus debates, uma vez que não tínhamos tanta proximidade com o tema antes do processo de estágio.

Dessa forma, ressaltamos a importância do estágio curricular obrigatório supervisionado na formação profissional, com diretrizes e princípios que direcionam essa prática, pois é por meio desse processo que podemos ter a compreensão da realidade com a aproximação do cotidiano profissional e seus processos sociais.

Ademais, em relação a aplicação do projeto de intervenção, diante dos resultados já expostos, é evidente a sua contribuição aos usuários. Contudo, durante o seu planejamento e aplicação, também fomos contempladas com o impacto da temática. Sendo essa, necessária em uma sociedade com raízes preconceituosas, nas quais o Serviço Social se posiciona no enfrentamento a qualquer tipo de preconceito.

Como sugestões a serem feitas, quando aplicamos o nosso projeto na instituição, surgiu a ideia de aplicá-lo não somente aos usuários, mas também aos residentes e alunos, ao analisar as falas capacitistas que foram proferidas durante os

⁷ Visto o desmonte de políticas sociais nos últimos anos após o golpe de 2016, tendo como marco a Emenda Constitucional 95, conhecida como "PEC da morte", que congelou os gastos sociais com saúde e educação durante 20 anos, seguido de 4 anos do governo Bolsonaro.



atendimentos ou até em aulas, como, por exemplo, na simulação de caso da pessoa com deficiência e em situação de violência, conforme já citado no trabalho. Dessa maneira, levá-los à compreensão da temática, buscando realizar uma ação pedagógica, gerando uma conscientização coletiva, a qual se objetiva uma mudança social, é de extrema necessidade. Afinal, somos sujeitos múltiplos, nas mais diversas variações, as quais devem ser respeitadas. Ou seja, uma deficiência não retira a autonomia do indivíduo, sendo esse, um sujeito emancipado e detentor de direitos.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS Necropolítica. [ca. 2021]. Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/necropolitica>. Acesso em: 20 jul. 2023

BOSCHETTI, Ivanete Salete. Limitações do Estado Social Capitalista Contemporâneo: expropriações, acumulação, exploração e violência. *JMPHC| Journal of Management & Primary Health Care| ISSN 2179-6750*, v. 12, p. 1-13, 2020.

CARVALHO, Alfredo Roberto de; ORSO, Paulino José. As pessoas com deficiência e a lógica da organização do trabalho na sociedade capitalista. In: Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais – PEE. A pessoa com deficiência na sociedade contemporânea: problematizando o debate. 2. ed. Cascavel: EDUNIOESTE, 2014. cap. V, p. 107-126. ISBN 978-85-7644-288-2. Disponível em: Acesso em: 15 jul. 2023.

CFESS. Série assistente social no combate ao preconceito: discriminação contra a pessoa com deficiência-caderno7. Brasília (DF), 2019. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno07-PCD-Site.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2022.

CFESS. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atualcao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf. Acesso em: 26 set. 2022.

CFESS. Resolução CFESS nº 992. Brasília, DF. 22 de março de 2022.

DIAS, Adriana. Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal à narrativa capacitista social. SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A DEFICIÊNCIA, 1., 2013, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: SEDPcD/Diversitas/ USP Legal, 2013. Disponível em: http://www.memorialdainclusao.sp.gov.br/ebook/Textos/Adriana_Dias.pdf. Acesso em: 10 mai. 2023.



FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GUERRA, Itxi. Luta contra o capacitismo: anarquismo e capacitismo. Brasil: Terra sem Amos, 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social Brasil em tempos de mundialização do capital. In: IAMAMOTO, Marilda Villela; YAZBEK, Maria Carmelita (org.). Serviço Social na história: América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, 2019, p. 34- 61.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. Fortaleza, CRESS –CE, Debate n. 6, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Villela.; CARVALHO, Raul de. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ISD - INSTITUTO SANTOS DUMONT. CENTRO DE SAÚDE ANITA GARIBALDI.
Disponível em: <http://www.institutosantosdumont.org.br/unidades/saude-anita-garibaldi/>. Acesso em: 16 out. 2022.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006. v. 1.

NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NICOLAU, Maria Célia Correia; SANTOS, Tássia Rejane Monte. O estágio no processo da formação profissional em Serviço Social: dimensão socioeducativa e os desafios à contracorrente R. Katál., Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 380-388, out./dez. 2016

PAIVA, Juliana Cavalcante Marinho; BENDASSOLLI, Pedro F. Políticas sociais de inclusão social para pessoa com deficiência. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 418-429, 2017. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v23n1/v23n1a25.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2022.

PICCOLO, Gustavo Martins; MENDES, Enicéia Gonçalves. Sobre formas e conteúdos: a deficiência como produção histórica. Perspectiva, Florianópolis, v. 31, n. 1, p. 283-315, 30 abr. 2013. Disponível em DOI <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2013v31n1p283>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SANTOS, Larissa Xavier dos. (2020). "Deficiência" para um dicionário marxista: a política capacitista de uma palavra. *Pensata*, 9(2). Disponível em:
<https://doi.org/10.34024/pensata.2020.v9.11100> Acesso em: 8 dez. 2022.

SANTOS, Sérgio Coutinho dos, *et al.* Necropolítica e crítica interseccional ao capacitismo: um estudo comparativo da convenção dos direitos das pessoas com



deficiência e do estatuto das pessoas com deficiência. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 81, p. 158-170, abr. 2022.

TRINDADE, Hiago. Crise do capital, exército industrial de reserva e precariado no Brasil contemporâneo. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 129, p. 225-244, maio/ago. 2017.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/3TSwtXZPh6frCZF7QBNTLbP/abstract/?lang=pt>.

Acesso em: 27 jul. 2023.

VENDRAMIN, Carla. Repensando Mitos Contemporâneos: O Capacitismo. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL REPENSANDO MITOS CONTEMPORÂNEOS - SOFIA: ENTRE O SABER E O NÃO SABER NOS PROCESSOS ARTÍSTICOS, 3., 2019, Campinas. Anais [...]. Campinas: Comissão Editorial, 2019. p. 16-25. Disponível em: <https://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/simpac/issue/view/112>. Acesso em: 26 jun. 2023.